

Programa habitacional do Governo prevê 45 mil novas moradias populares

AEN

O Casa Fácil Paraná, considerado o maior programa de habitação popular em vigência do Brasil, deverá ser ampliado nos próximos quatro anos. A expansão foi anunciada pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior durante o evento Governo 5.0, que reuniu em Foz do Iguaçu, de quarta até sexta-feira (18), prefeitos dos 399 municípios do Paraná.

“O Paraná tem o maior programa habitacional do Brasil, por meio do qual estamos fazendo 35 mil casas, em parceria com a União. Agora, pretendemos fazer mais 45 mil unidades habitacionais, ampliando o atendimento à população que busca uma casa própria e gerando milhares de empregos no setor da construção civil”, afirmou Ratinho Junior.

No evento em Foz do Iguaçu, os representantes dos municípios puderam visitar o estande da Cohapar para discutir questões relacionadas aos projetos habitacionais. Pelo programa Casa Fácil, as ações nesta área envolvem a construção de casas populares, condomínios para idosos, projetos de regularização fundiária e a concessão de subsídios financeiros para a entrada na compra de imóvel.

Segundo o presidente da Cohapar, Jorge Lange, a estratégia é dar continuidade ao que vem sendo feito, porém introduzindo ajustes para dar mais eficiência e agilidade aos projetos.

O programa foi elevado à política habitacional permanente, através da nova lei estadual 20.394/2020. Com o Casa Fácil, o Paraná obteve a maior parceria vigente com o Governo Federal no setor de habitação de interesse social, conforme destacou o governador, na abertura do evento.

Na avaliação do presidente da Cohapar o evento foi importante para reforçar o diálogo com os municípios e buscar soluções que atendam as necessidades específicas de cada localidade. “Foi um evento muito importante, de grande abrangência, que nos deu oportunidade de ter contato direto com os prefeitos para tratar de assuntos de interesse dos municípios, ouvir demandas e dar início a tratativas que devem se transformar em futuros projetos habitacionais para a população”, afirmou Lange.

Com o tema Sustentabilidade a Serviço da População, o evento Governo 5.0 reuniu prefeitos, deputados, secretários municipais e estaduais, técnicos e especialistas dos 399 municípios. O encontro foi promovido pela Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR), com apoio do Governo do Estado.

Emenda de R\$ 1,5 bilhão para o Samu acende luz no fim do túnel para municípios

Marcelo Coan

marcelo@diariodosudoeste.com.br

Sem reajuste desde 2013, os repasses ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) têm, ao longo dos últimos anos, mobilizado forças políticas em todas as esferas de governo. Entre outros que defendem a causa, a deputada federal reeleita pelo PSD do Paraná, Leandre Dal Ponte, atua de forma ativa na causa desde 2021. E, segundo ela, foi através da persistência que uma emenda ao orçamento do Governo Federal para o próximo ano, na ordem de R\$ 1,5 bilhão, foi aprovada no dia 8 de novembro pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Após a aprovação da emenda a parlamentar conversou com a redação do Diário do Sudoeste. Segundo ela, a recomposição nos valores garante a estabilidade dos serviços por um período. Entretanto, ela deixa claro que o problema não será resolvido, pois é preciso considerar, por exemplo, o novo piso da enfermagem – o qual deve vigorar em breve e ampliar a despesa com folha. Ela justifica a posição observando que houve, especialmente durante a pandemia, aumento, por exemplo, nos insumos, combustíveis e pneus. Segundo ela, a emenda é algo inédito, pois os deputados, apesar de terem suas prioridades em suas regiões, atuaram de forma republicana, com



ALINE VEZOLLI

O valor a ser incluído no orçamento do governo federal de 2023 deve ser apresentado através quatro emendas impositivas

compromisso à causa. “O Samu é um componente muito importante da rede de assistência”, defende.

Leandre acredita que, como há um entendimento unânime entre os deputados sobre a importância de manter e fortalecer os serviços do Samu, mais adiante será possível pleitear a reposição dos valores que hoje estão defasados. Entretanto, ela adianta que há outras demandas. Uma delas é a tabela SUS, a qual gera impactos diretos aos hospitais e prestadores de serviço. Segundo ela muitos recuam e deixam de integrar a rede por receber valores baixos e defasados. “O fortalecimento do Samu é fundamental para todos os municípios. Significa salvar vidas”, opina.

Ciruspar

Prefeito de Ampére, e presidente do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná (Ciruspar), Disney Luquini,

reconhece que a demanda é antiga. Inclusive, lembra que, através do consórcio, os municípios tiveram a oportunidade de expor, numa reunião na Câmara dos Deputados, as necessidades em relação ao Samu. “Naquele momento representamos o Samu e pedimos que o governo, tanto do Estado, quanto Federal, reavaliasse a questão de valores e atualizações”, disse reforçando que desde 2013 o governo federal não atualiza valores.

Luquini desabafa dizendo que os municípios, via portaria, tinham a obrigação de contribuir na manutenção das atividades com 25%, mas hoje, devido a situação, o desembolso chega a 66%. “Tivemos a boa notícia de que foi aprovada essa emenda. Isso vai ajudar na manutenção. Não estamos aguentando mais”, revela afirmando que se os municípios não estivessem pagando a conta o serviço teria paralisado.

Como a comissão mista do orçamento tem a previsão de apresentar quatro emendas impositivas e de execução obrigatória, a expectativa agora é uma só: Que o governo realmente faça o aporte a partir de janeiro de 2023. O Ciruspar deve reunir os municípios consorciados no final do ano para tratar do assunto. Hoje, na região do Sudoeste, são 370 funcionários, todos concursados. “Estamos pagando a conta. Nós temos uma assembleia que nos deu essa garantia até dezembro. Depois disso ninguém sabe o que vai acontecer”.

Questionado sobre o valor da emenda – R\$ 1,5 bilhão –, Luquini admite que é um montante importante e que ameniza a situação consideravelmente. Porém, na visão dele, a solução está no reajuste anual. “Essa foi a preocupação levada a Câmara e ao Senado. Precisamos que o governo repasse esse R\$ 1,5 bilhão para normalizar a situação dos reajustes e na sequência que a União e Estados concedam o reajuste anual”, disse sugerindo e cobrando o cumprimento da portaria que regulamenta a participação dos municípios, estados e união.

“Me parece que há uma luz no fim do túnel”, afirma o presidente da Ciruspar reconhecendo todos os envolvidos. Segundo ele foram várias tratativas na tentativa de sensibilizar e mostrar as necessidades do Sudoeste e do Brasil.

Legislativo aprova projeto em Sessão Extraordinária

ASSESSORIA CMPB



O crédito suplementar será repassado para as várias secretarias

Assessoria

Em Sessão Extraordinária, realizada na sexta-feira (18), o Legislativo aprovou, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 195, de 2022, de autoria do Executivo, autorizando a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 18.872.104,76, junto à diversas secretarias e departamentos municipais,

através do remanejamento de saldos entre as próprias secretarias.

De acordo com o projeto, “os valores serão destinados à suplementação de despesas para: custeio do funcionalismo municipal; obrigações do Município com amortizações e juros de financiamentos; e cumprimento das obrigações

tributárias e contributivas, como o PIS/PASEP”.

Ainda pelo projeto, “o aumento do valor da folha de pagamento do Município decorre das diversas contratações realizadas nesse ano, para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Saúde”.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Saídas:

- Pato Branco-PR ◀
- Coronel Vivida-PR ◀
- Chopinzinho-PR ◀
- Saudades do Iguaçu-PR ◀
- Laranjeiras do Sul-PR ◀

CONCURSO INSS

27/11/2022

CASCADEL-PR

R\$ 150,00

Informações:

46 3220-7500

46 99107-0974

BRANTUR

Sua melhor viagem!